


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0004439-54.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 21/02/2014 10:19:09 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

JOSÉ ADALBERTO GARCIA RODERO opõe embargos à execução que lhe move a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** aduzindo a prescrição dos valores referentes ao ano de 2003.

A embargada apresentou impugnação (s. 31/48), alegando, preliminarmente, que o pedido de reconhecimento da prescrição já foi objeto de apreciação e rejeição por decisão proferida em exceção de pré-executividade, restando a pretensão do embargante impossibilitada por força da coisa julgada material. Quanto ao mais, sustenta a inocorrência da prescrição, uma vez que o termo inicial do lapso prescricional é o vencimento das dívidas, e o termo final a propositura da ação, não tendo transcorrido lapso superior a 5 anos entre os dois marcos, salientando-se ainda interrupção durante a confissão de dívida e parcelamento ocorrida em 2007.

O embargante se manifestou (fls. 55/56).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Os embargos devem se rejeitados, acolhendo-se a preliminar de coisa julgada, deduzida pela embargada.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

O embargante já havia apresentado exceção de pré-executividade alegando a mesma prescrição em discussão nos presentes autos.

Naquela exceção foi proferida sentença (fls. 26/27) em que foi afastada a prescrição aduzida, de modo expresse, consoante seguintes excertos lá colhidos:

"(...) Os valores devidos em 2003 tinham vencimento nos dias 27.07.2005, 27.08.2005, 27.09.2005 e 27.10.2005. A execução foi proposta em 29.12.2009. O despacho interruptivo da prescrição foi proferido em 25.03.2010. Não há como reconhecer a prescrição em relação aos débitos referidos porque não decorrido prazo superior a cinco anos contados da constituição definitiva. Tampouco se há de afirmar a prescrição em relação às parcelas relativas ao exercício de 2004 e que tiveram vencimentos nos dias 27.07.2005 e 27.08.2005 (fl. 04).

Homologo a desistência em relação aos tributos relativos a período posterior à baixa e deixo de reconhecer a prescrição em relação aos valores devidos em 2003 e que tinham vencimento nos dias 27.07.2005, 27.08.2005, 27.09.2005 e 27.10.2005 porque não se operou em relação a estes e tampouco em relação ao débito de 2004, relativo às duas primeiras parcelas, vencidas em 27.07.2005 e 27.08.2005.

Ante o exposto, homologo a desistência formulada pelo Município e determino o prosseguimento da execução em relação aos débitos de 2003 e primeiro e segundo trimestre de 2004 (...)".

O embargado alega que aquela sentença não afastou a prescrição e para tanto invoca uma frase contida no decisório, em que se diz: *"Devidas também as parcelas relativas ao exercício de 2003. Entretanto, foram fulminadas pela prescrição"*.

Ocorre que, com as vênias a entendimento diverso, da análise daquela sentença, especialmente em razão dos três parágrafos acima transcritos por este magistrado, resulta que a oração *"entretanto, foram fulminadas pela prescrição"* está absolutamente dissociada de tudo quanto é dito pelo eminente magistrado prolator. Trata-se de simples erro material, e isso é manifesto. A frase deve ser desconsiderada diante de tudo quanto o mais consta, pois incoerente com a análise minuciosa efetuada logo depois pelo juiz.

Sendo assim, descabido o reexame de questão já apreciada pelo Poder Judiciário, com foros de definitividade.

DISPOSITIVO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ante o exposto, **EXTINGO** este processo de embargos à execução sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, V, última figura do CPC, e **CONDENO** o embargado em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 1.000,00, observada a AJG.

Prossiga-se nos autos principais.

P.R.I.

São Carlos, 18 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**